

Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA
**TERRITÓRIO
CALON
NO DISTRITO
FEDERAL**

BRASÍLIA, 10 DE MAIO DE 2016.

COORDENAÇÃO:

Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos

REALIZAÇÃO:

Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRJDH)

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)

Ministério da Saúde (MS)

Fundação Nacional de Saneamento Básico (FUNASA)

EQUIPE TÉCNICA:

Fernanda Martins (SECOMT/SEPPIR/MMIRJDH)

Desiree Tozi (SECOMT/SEPPIR/MMIRJDH)

Janaína Oliveira (SPM/MMIRJDH)

Aline Guedes (SESAI/MDS)

Julia Zamboni (SESAI/MDS)

Mariana Castilho (CGPCT/MDS)

Maísa Lima (CGPCT/MDS)

Luiza Lobato (SENARC/MDS)

Iara Monteiro (SENARC/MDS)

Marina Farias (SEC. EXECUTIVA/MDS)

Dorival Rabelo Santana (FUNASA)

Alfredo Guerra Machado (FUNASA)

Luana Benício (DAGEP/MS)

Maria de Fátima Marques (DAGEP/MS)

Katia Favila (SEC. EXECUTIVA/MDS)

CRÉDITO DAS FOTOS:

Alfredo Guerra Machado - FUNASA

SISTEMATIZAÇÃO DO RELATÓRIO:

Fernanda Martins (SECOMT/SEPPIR)

Carolina Höfs (SECOMT/SEPPIR)

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO.....	7
II. HISTÓRICO.....	8
III. CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	12
IV. CONDIÇÕES DE VIDA E LEVANTAMENTO DE DEMANDAS.....	16
V. CONCLUSÃO.....	23



Foto panorâmica do território Calon representado pela ANEC - DF
Alfredo Guerra Machado - FUNASA

Sinceros agradecimentos aos órgãos que ouviram as nossas demandas. Estamos confiantes de que algo diferente vai ser implementado no nosso acampamento para que Brasília seja uma referência para os Calon do Brasil.

Sr. Wanderley da Rocha

Presidente administrativo da ANEC

Gostaria de lembrar à sociedade que nós ciganos e ciganas de etnia Calon temos orgulho da nossa identidade e somos patrimônio do Brasil. Nossas demandas históricas devem ser encaradas com seriedade e responsabilidade pelo Governo. O nosso território no Distrito Federal foi uma conquista que remonta uma luta de 500 anos. Que sirva de modelo para o resto do país e até da América Latina. Agora as políticas públicas devem ser implementadas para que nossos direitos sejam garantidos.

Sra. Daiane da Rocha

Secretária geral da ANEC

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

TERRITÓRIO CALON NO DISTRITO FEDERAL

DATA: 29 de abril de 2016

LOCALIZAÇÃO: Fazenda Sálvia, Gleba 24/70 - Sobradinho / DF - Rota do Cavalo (área rural)

CHEFE/LIDERANÇA DA COMUNIDADE: Sr. Wanderley da Rocha

I. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT), atua de maneira a formular, articular e monitorar junto aos órgãos públicos, políticas e ações voltadas para o combate à discriminação e para a valorização e a efetivação dos direitos das comunidades tradicionais, dentre as quais estão incluídos os povos ciganos.

Este Relatório apresenta a situação observada em visita técnica ao acampamento cigano de etnia Calon, representado pela Associação Nacional de Etnia Calon do Distrito Federal (ANEC-DF), realizada por técnicos desta SECOMT/SEPPIR em conjunto com técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), do Ministério da Saúde (MS), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Fundação Nacional de Saneamento Básico (FUNASA).

A visita compôs o escopo de atividades do Grupo de Trabalho (GT) de Políticas para Povos Ciganos, criado no âmbito desta SEPPIR pela Portaria nº.181 de 12 de abril de 2016, e teve como objetivo central a verificação de demandas e o levantamento de informações in loco para a construção do I Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos, tarefa atribuída em Portaria ao referido GT.

Também estiveram presentes na ocasião, técnicos da Companhia de Planejamento do Distrito Federal, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal (CODEPLAN/GDF) e da Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, com o intuito de levantar dados e informações para a composição de um estudo, de iniciativa do GDF, acerca da população cigana do Distrito Federal.

II. HISTÓRICO

A comunidade de Etnia Calon, representada pela ANEC – DF e cuja liderança atual é o Sr. Wanderley da Rocha, tem origem no sertão da Bahia. A partir de 1974 ganha mobilidade por Goiás e pelo Distrito Federal, com paradas mais frequentes nas imediações de Brasília, tais como Samambaia, Águas Claras e Sobradinho, tendo acampado nessas áreas ao longo de 40 anos.

Em 2014, a comunidade decide se fixar no DF, ao se instalar em um terreno em Santa Maria, quando passa a receber assistência do GDF e do Governo Federal em ações para atenuar a situação de vulnerabilidade social das famílias.

Em junho de 2015, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) finalizou o processo de cessão de duas terras da União ao Governo do Distrito Federal (GDF) para o usufruto das associações ciganas Calon ACEC-DF e ANEC-DF, lideradas pelo Sr. Elias da Costa e pelo Sr. Wanderley da Rocha, respectivamente. A formalização se deu com a assinatura de contratos de cessão de uso gratuito entre a União e o Distrito Federal pelo prazo de 10 anos prorrogável por igual e sucessível período, conforme Processo nº 04991.001186/2014-63 (SPU-MP). A área destinada é de 3,5110 hectares e, de acordo com o contrato, o GDF teria um prazo de 3 anos para concluir com a obrigação assumida.

O instrumento se configurou como importante marco da relação entre o Estado e a população cigana no DF ao possibilitar a regularização da situação fundiária das comunidades garantindo-lhes o direito à moradia, de modo a respeitar as características culturais, as necessidades e as especificidades de caráter étnico das famílias.

Como parte do processo que resultou na cessão de terras, foram realizadas visitas técnicas às localidades pela SECOMT/SEPPIR. As duas primeiras visitas ocorreram em agosto e outubro de 2014 e tiveram o objetivo de subsidiar a SPU com informações acerca das características populacionais e culturais das famílias Calon ali instaladas. Tais visitas foram registradas em Nota Técnica n.º 80/2014/SEPPIR/PR e Nota Técnica n.º 78/2014/SECOMT/SEPPIR/PR, as quais compõem os Processos n.º 04991.001186/2014-63 (SPU-MP) e n.º 04991.002474/2014-35 (SPU-MP), respectivamente.

Findadas as tratativas para a cessão de terras, a SECOMT/SEPPIR retornou, em outubro de 2015, aos acampamentos para verificar in loco as demandas das famílias Calon e o andamento dos trabalhos do GDF. Como resultado, a SEPPIR enviou ao GDF o Ofício n.º 23/2016/SECOMT/SEPPIR, que encaminhava a Nota Técnica nº 27/SECOMT/SEPPIR contendo o relatório da visita técnica, ao mesmo tempo em que solicitava informações sobre o atendimento das demandas locais e se colocava à disposição para a construção conjunta de um plano de ações em atenção às famílias Calon situadas nos terrenos cedidos.

Ainda em 2015, foram realizadas as primeiras reuniões para constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial para formulação, monitoramento e avaliação do I Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos, o qual conjugará as ações do Governo Federal nas áreas de educação, saúde, cultura, garantia de direitos e desenvolvimento social, entre outras. Este Grupo de Trabalho foi formalizado, em abril de 2016, pela Portaria nº 181. De coordenação da SEPPIR, é composto pelos seguintes órgãos: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; Secretaria de Governo da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Cultura; Ministério das Cidades; e Ministério da Justiça.

O presente Relatório é resultado da visita técnica realizada no dia 29 de abril de 2016 ao território Calon, representado pela ANEC-DF e, como parte das atividades do referido Grupo de Trabalho Interministerial, contou com a colaboração dos técnicos do MDS, da FUNASA e do MS.



Panorâmica do território Calon representado pela ANEC- DF
Alfredo Guerra Machado - FUNASA

III. CARACTERIZAÇÃO GERAL

A comunidade é composta por 14 famílias nucleares e um total de 70 pessoas que vivem em uma área de 3,5110 hectares. Destas, apenas 02 concluíram o ensino médio e uma concluiu o curso técnico de enfermagem. Quase a metade da comunidade é composta por crianças e jovens de até 15 anos. Todos os membros da comunidade são ligados por laços de parentesco e, naquele momento, as famílias estavam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e recebiam o benefício do Programa Bolsa Família.

O território é o espaço físico apropriado, lugar onde os Calon passaram a se organizar social, cultural e politicamente. A forma como as barracas estão dispostas e os espaços reservados para a roça são expressões de suas lógicas culturais e identitárias. Ali, o espaço é apropriado e ressignificado de forma a atender às necessidades prementes à manutenção da identidade Calon, tornando-se a base do trabalho, da residência e das trocas culturais e materiais.

A vulnerabilidade social é bastante crítica. Chama atenção a falta de saneamento básico evidentemente nociva ao bem-estar físico, mental e social das famílias podendo provocar doenças graves. Não há esgotamento sanitário ou banheiros, não existe coleta de lixo e as condições de habitação são precárias, pois o número de barracas não é suficiente para a quantidade de famílias e muitas não se encontram em bom estado. A iluminação não é suficiente, pois a rede de postes de energia elétrica passa apenas por fora do território, e não há água suficiente para consumo próprio, tampouco para produção de alimentos.

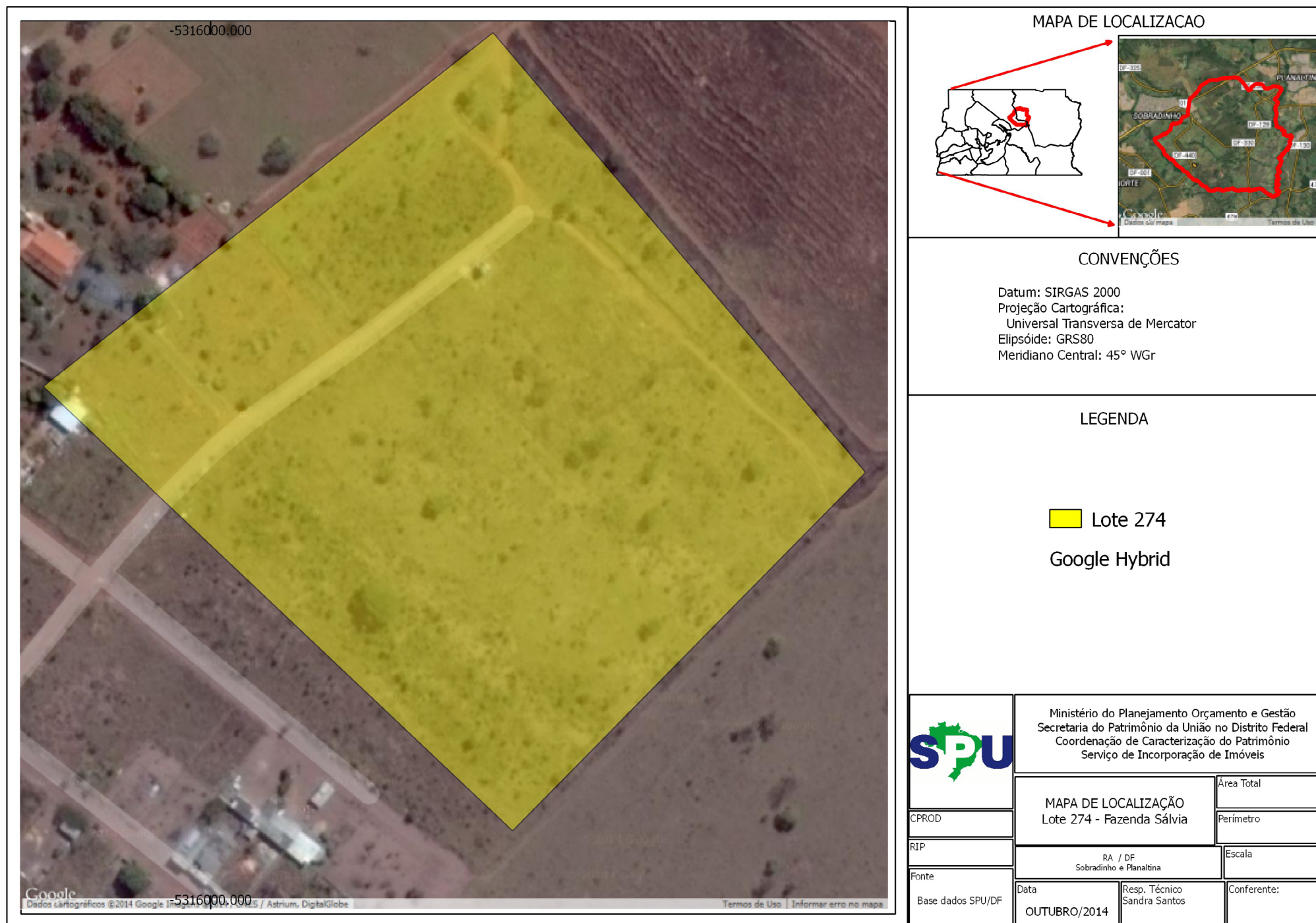
No que se refere à educação formal, observa-se um baixíssimo grau de escolaridade e alto índice de analfabetismo dentre os adultos. Quanto à subsistência dos grupos, a grande maioria dos adultos pratica trocas comerciais, cabendo às mulheres a venda de panos de prato e toalhas. A comunidade estabeleceu, com muita dificuldade, uma horta para cultivo de alguns itens para consumo próprio, como o feijão e a mandioca. No entanto, não conseguem garantir alimentação adequada aos moradores.

Importante destacar que a liderança local expressou ser a sedentarização uma aspiração, uma vez que a vida nômade seria fruto da violência característica do preconceito e da discriminação social. As famílias ali instaladas demonstraram, portanto, desejo de desenvolver atividades geradoras de renda e fortalecedoras de sua identidade no território, além de garantir educação às crianças e jovens.

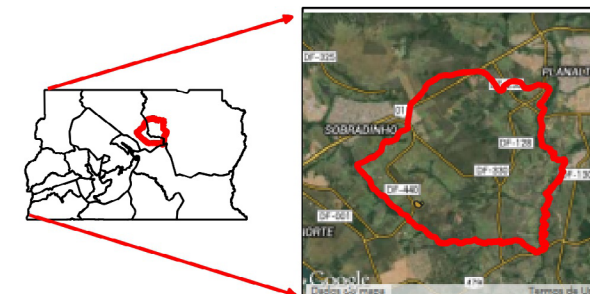
A análise a seguir versa sobre as necessidades e potencialidades observadas e sua sistematização encontra-se no Quadro I.



Crédito: Secretaria de Patrimônio da União/DF



MAPA DE LOCALIZACAO



CONVENÇÕES

Datum: SIRGAS 2000
 Projeção Cartográfica:
 Universal Transversa de Mercator
 Elipsóide: GRS80
 Meridiano Central: 45° WGr

LEGENDA

Lote 274
 Google Hybrid

	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão Secretaria do Patrimônio da União no Distrito Federal Coordenação de Caracterização do Patrimônio Serviço de Incorporação de Imóveis		
	MAPA DE LOCALIZAÇÃO Lote 274 - Fazenda Sálvia	Área Total	Perímetro
CPROD	RA / DF Sobradinho e Planaltina		Escala
RIP	Data OUTUBRO/2014	Resp. Técnico Sandra Santos	Conferente:
Fonte Base dados SPU/DF			

IV. CONDIÇÕES DE VIDA E LEVANTAMENTO DE DEMANDAS

Condições de acesso à água: As famílias fazem uso de uma caixa d'água, situada no seu território, mas que é de propriedade do condomínio vizinho. Em época de seca, o fornecimento de água não é suficiente para a demanda de abastecimento do acampamento cigano e do condomínio provocando escassez total de água. Há apenas uma torneira na localidade e não há sistema de distribuição de água para todas as moradias.

Demanda: Sistema de abastecimento e acesso à água para produção e consumo



Foto: Alfredo Guerra Machado - FUNASA

Caixa d'água do Condomínio Serra Verde está no território Calon e é compartilhada com a comunidade

• **Condições de serviços de saúde e saneamento básico:** Existiam banheiros químicos no local que haviam sido cedidos pelo GDF, mas que foram retirados. Os banheiros químicos eram compartilhados por 70 pessoas e a manutenção era precária. Isto implica em dificuldades no asseio das mulheres e crianças, ocasionando problemas de saúde. Não há esgotamento sanitário e coleta de lixo no local. A comunidade destacou a importância do Posto de Saúde da Rota do Cavalo que também atende a comunidade cigana, mas comunicaram que tiveram a informação de que o referido posto deverá ter suas atividades suspensas. Desse modo, solicitaram ajuda do MS para uma articulação junto à Secretaria de Saúde do DF a fim de resolver tal situação. Foi verificado foco de mosquito da dengue.

Demanda: *Instalação de banheiros e sistema de esgotamento sanitário; coleta de lixo regular; instalação de postes de luz dentro do acampamento; Atendimento por Equipes Saúde da Família (Política Nacional de Atenção Básica), atendimento pela rede de atenção básica e Programas de saúde da mulher.*



Foto: Alfredo Guerra Machado - FUNASA

Água para consumo: sistema de encanamento construído pela comunidade

• **Condições de moradia:** As famílias estão distribuídas em 15 tendas, cada tenda abriga mais de uma família. As temperaturas no acampamento são extremas – excessivo calor durante o dia, o que impacta na temperatura do interior das barracas, e muito frio com ventos fortes durante a noite. Algumas das tendas foram doadas pela Defesa Civil, em colaboração com a Secretaria Executiva do MDS, e apresentam lonas grossas que protegem o interior da moradia. A liderança local informou que para normalizar a situação das famílias seria necessário mais 10 tendas do tamanho 10x10, do modelo cedido pela Defesa Civil. Para além disso, a liderança informou que a comunidade tem interesse em construir casas de alvenaria e ambientes coletivos para cozinha e para o uso da comunidade.

Demanda: 10 tendas do tamanho 10x10 do modelo doado pela Defesa Civil; Construção de moradias e ambientes de uso coletivo (cozinha e lavanderia); Construção de ambiente para atividades culturais e educativas.

Tendas do modelo doado pela Defesa Civil e terreno – n.1

Foto: Alfredo Guerra Machado - FUNASA



Tenda do modelo doado pela Defesa Civil e terreno – n.2



Foto: Alfredo Guerra Machado - FUNASA



Foto: Alfredo Guerra Machado - FUNASA

Tendas do modelo doado pela Defesa Civil e terreno – n. 3

• **Educação:** Segundo a liderança, as crianças em idade escolar estão matriculadas e utilizam transporte escolar fornecido pelo GDF. Ainda é alto o índice de jovens e adultos que não sabem ler e escrever na comunidade.

Demanda: Alfabetização de Jovens e Adultos e inclusão em programas de capacitação profissional.

• **Inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional:** Existe uma incipiente plantação de mandioca, feijão e jiló, a qual pode ser ampliada ou diversificada se investidos esforços de assistência técnica e extensão rural. A plantação, tal qual está, e a renda das famílias não são suficientes para garantir a segurança alimentar da população local. A liderança local solicitou que as famílias sejam incluídas como beneficiárias da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA). As mulheres afirmam que a única fonte de renda que possuem advém da venda de panos de prato e toalhas e é insuficiente, carecendo a comunidade de apoio para fornecimento de matéria prima para produção dos panos de prato, toalhas e sandálias (já possuem o maquinário para produção de sandálias, mas não a matéria prima).

Demanda: Políticas públicas de assistência técnica e extensão rural; Inclusão das famílias em Programas de segurança alimentar nutricional, incluindo o atendimento emergencial pela Ação de Distribuição de Alimentos; Programas de capacitação profissional para as mulheres;

Foto: Alfredo Guerra Machado - FUNASA



Fogão à lenha presente em algumas tendas

QUADRO I – SISTEMATIZAÇÃO DE DEMANDAS LOCAIS

Acesso à água	Implementação de sistema de abastecimento e acesso à água para produção e consumo.
Saúde e saneamento básico	<p>Instalação de banheiros e sistema de esgotamento sanitário; Coleta de lixo regular;</p> <p>Instalação de postes de luz dentro do acampamento;</p> <p>Atendimento por Equipes Saúde da Família (Política Nacional de Atenção Básica), atendimento pela rede de atenção básica e Programas de saúde da mulher.</p>
Moradia	<p>10 tendas do tamanho 10x10 do modelo doado pela Defesa Civil;</p> <p>Construção de moradias e ambientes de uso coletivo (cozinha e lavanderia);</p> <p>Construção de ambiente para atividades culturais e educativas.</p>
Educação	<p>Inclusão em Programa de alfabetização de jovens e adultos;</p> <p>Inclusão em programas de capacitação profissional.</p>
Inclusão produtiva e segurança alimentar	<p>Políticas públicas de assistência técnica e extensão rural;</p> <p>Inclusão das famílias em Programas de segurança alimentar nutricional, como a Ação de Distribuição de Alimentos;</p> <p>Programas de capacitação profissional para as mulheres.</p>

V. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, recomenda-se urgência no atendimento das demandas elencadas, sob o risco de aprofundamento dos agravos à saúde mental e física das famílias acampadas. Cabe destacar que, apesar da análise que compõem este relatório ressaltar as graves ausências de serviços e políticas públicas, é importante enfatizar a dimensão das relações de territorialidade que as famílias ciganas Calon imprimiram no terreno cedido. Nesse espaço, que agora tratam como seu, constituem e fortalecem sua identidade, edificam suas formas de sobrevivência e seus modos de vida se organizando política e socialmente no território que lhes foi concedido.

Ressalta-se, portanto, a relevância dos instrumentos de regularização fundiária para as famílias ciganas que pleiteiam um lugar para estabelecer moradia fixa, o que deve ser acompanhado de arranjos institucionais e políticos que proporcionem o fortalecimento das identidades, o acesso às políticas públicas e a garantia de direitos dessa parcela da população.



Secretaria Especial de
**Políticas de Promoção
da Igualdade Racial**

Ministério das
**Mulheres, da Igualdade Racial,
da Juventude e dos Direitos Humanos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA